

CURSO

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL

REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E
ADEQUAÇÃO ÀS DECISÕES DO STF
APLICÁVEIS AO PODER
LEGISLATIVO MUNICIPAL

**28, 29, 30 E 31 DE JULHO
DE 2026**

CURITIBA - PR

Hotel Granville
Rua Des. Clotário Portugal, 35
Centro

 [gestaopublicabrasil_cursos](https://www.instagram.com/gestaopublicabrasil_cursos)

 [Gestão Pública Brasil](https://www.facebook.com/GestaoPublicaBrasil)

 gestaopublicabrasil.com.br

Objetivo Geral

O curso tem por objetivo proporcionar aos participantes uma compreensão aprofundada dos aspectos constitucionais, regimentais e jurisprudenciais que influenciam a organização e o funcionamento das Câmaras Municipais, com ênfase na revisão, atualização e adequação dos Regimentos Internos às decisões contemporâneas do Supremo Tribunal Federal e aos entendimentos que impactam diretamente a atividade legislativa municipal.

Busca-se examinar a estrutura normativa do Regimento Interno como instrumento responsável pela disciplina dos procedimentos legislativos, administrativos e fiscalizatórios da Câmara Municipal, analisando sua integração com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal e demais normas que compõem o ordenamento jurídico aplicável à atividade parlamentar.

O curso tem ainda como finalidade analisar os impactos das decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a organização dos trabalhos legislativos, a composição das comissões, os direitos das minorias parlamentares, os procedimentos deliberativos, a fiscalização exercida pelo Poder Legislativo e os mecanismos de controle institucional previstos no âmbito municipal.

Pretende-se aprofundar o conhecimento dos participantes sobre os procedimentos regimentais relacionados à tramitação das proposições legislativas, aos regimes de votação, à apreciação de vetos, à atuação das comissões permanentes e temporárias, à Mesa Diretora e aos processos político-administrativos desenvolvidos pelas Câmaras Municipais.

Outro objetivo consiste em examinar os critérios técnicos necessários para a identificação de dispositivos regimentais incompatíveis com a Constituição Federal e com a jurisprudência dos tribunais, permitindo a compreensão dos aspectos que exigem atualização normativa para assegurar maior coerência, segurança jurídica e conformidade institucional.

O curso também visa apresentar metodologias e técnicas aplicadas à revisão, reorganização e consolidação das normas regimentais, contemplando a adequação dos procedimentos internos às exigências contemporâneas do processo legislativo, da fiscalização parlamentar e da governança institucional do Poder Legislativo Municipal.

Por fim, busca-se capacitar vereadores, servidores, assessores parlamentares, procuradores jurídicos e demais profissionais vinculados às Câmaras Municipais para atuar nos processos de atualização do Regimento Interno, contribuindo para a construção de instrumentos normativos compatíveis com a Constituição Federal, com os entendimentos do Supremo Tribunal Federal e com as necessidades operacionais do Poder Legislativo Municipal.

Cronograma

28/07/2026 - Terça-feira | 13:00 às 14:00
CRENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

28/07/2026 - Terça-feira | 14:00 às 17:00
MÓDULO I | DIAGNÓSTICO DO REGIMENTO INTERNO E IDENTIFICAÇÃO DE DISPOSITIVOS INCONSTITUCIONAIS

- Metodologia para revisão integral do Regimento Interno
- Compatibilização entre Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica e Regimento Interno
- Aplicação do princípio da simetria constitucional
- Identificação de dispositivos incompatíveis com a jurisprudência do STF
- Competências legislativas e administrativas da Câmara Municipal
- Limites regimentais impostos pela Constituição Federal
- Casos recorrentes de inconstitucionalidade em regimentos internos municipais
- Elaboração de matriz técnica para atualização regimental
- Principais pontos que precisam ser discutidos no processo de atualização e revisão do RI

29/07/2026 - Quarta-feira | 08:30 às 12:00

MÓDULO II | PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL: REVISÃO DAS REGRAS DE TRAMITAÇÃO, DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO

- Adequação das fases do processo legislativo às decisões do STF
- Regras de iniciativa legislativa e vícios formais
- Procedimentos para apresentação de emendas parlamentares
- Análise de admissibilidade e constitucionalidade das proposições
- Regime de tramitação ordinária, urgência e prioridade
- Quóruns deliberativos e espécies de votação
- Procedimentos para apreciação de vetos
- Consolidação das regras regimentais do processo legislativo
- Padronização dos fluxos legislativos da Câmara Municipal

29/07/2026 - Quarta-feira | 14:00 às 17:00

MÓDULO III | COMISSÕES LEGISLATIVAS, PROPORCIONALIDADE PARTIDÁRIA E DIREITOS DAS MINORIAS Á LUZ DO STF

- Estrutura normativa das comissões permanentes e temporárias
- Atualização das competências das comissões
- Comissão de Constituição e Justiça como mecanismo de controle preventivo de constitucionalidade
- Critérios para composição das comissões
- Aplicação do princípio da proporcionalidade partidária
- Direitos das minorias parlamentares segundo a jurisprudência do STF
- Procedimentos regimentais para pareceres, diligências e audiências
- Modernização das regras de funcionamento das comissões legislativas

30/07/2026 - Quinta-feira | 08:00 às 12:00

MÓDULO IV | MESA DIRETORA, ELEIÇÕES INTERNAS, VACÂNCIAS E EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

- Regras regimentais para eleição da Mesa Diretora
- Impactos das decisões do STF sobre recondução e reeleição
- Vacância dos cargos da Mesa Diretora
- Substituições e sucessões regimentais
- Licenças, afastamentos e perda de mandato
- Direitos e prerrogativas parlamentares
- Procedimentos para aplicação de sanções disciplinares
- Revisão dos dispositivos regimentais relacionados ao exercício do mandato

30/07/2026 - Quinta-feira | 14:00 às 17:00

MÓDULO V | COMISSÕES, JULGAMENTO DE CONTAS E PROCESSOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS

- Comissões temporárias
- Requisitos constitucionais para instalação de CPI
- Direitos da minoria parlamentar na criação de CPIs
- Poderes investigatórios e limites de atuação
- Produção e formalização de provas
- Oitivas, diligências e requisição de documentos
- Processamento de infrações político-administrativas
- Procedimentos para cassação de mandato
- Julgamento das contas do Prefeito após a ADPF 982
- Atualização dos dispositivos regimentais relacionados à fiscalização parlamentar

31/07/2026 - Sexta-feira | 08:00 às 10:30

**MÓDULO VI | ELABORAÇÃO DA MINUTA DE REFORMA DO
REGIMENTO INTERNO E IMPLEMENTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES**

- Construção prática da proposta de atualização regimental
- Técnicas de redação legislativa aplicadas ao Regimento Interno
- Estruturação dos capítulos e seções regimentais
- Consolidação e reorganização das normas internas
- Revogação de dispositivos incompatíveis com o STF
- Inclusão de novos procedimentos legislativos e fiscalizatórios
- Padronização dos atos da Mesa Diretora e das Comissões
- Elaboração de minuta de projeto de resolução para alteração do Regimento Interno
- Checklist técnico para aprovação e implementação das alterações regimentais

Metodologia

A metodologia do curso será desenvolvida a partir de uma abordagem técnico-institucional voltada à realidade das Câmaras Municipais, priorizando a análise prática dos dispositivos regimentais e sua relação com a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e os entendimentos consolidados dos tribunais. O conteúdo será conduzido de forma a permitir a compreensão dos impactos jurídicos e operacionais decorrentes da atualização do Regimento Interno.

As atividades serão estruturadas com foco na interpretação e aplicação das normas que disciplinam o funcionamento do Poder Legislativo Municipal, permitindo aos participantes examinar situações concretas relacionadas ao processo legislativo, à atuação das comissões, à Mesa Diretora, às sessões legislativas, aos procedimentos fiscalizatórios e às competências institucionais da Câmara Municipal.

Durante o desenvolvimento dos módulos, serão analisados dispositivos regimentais frequentemente encontrados nas Câmaras Municipais brasileiras, identificando incompatibilidades normativas, conflitos de competência, lacunas procedimentais e situações que demandam adequação em razão da evolução constitucional e jurisprudencial. A abordagem permitirá aos participantes compreender os fundamentos técnicos que justificam a revisão das normas internas.

O curso utilizará exemplos de redação regimental, minutas de alterações normativas, modelos de organização legislativa e estudos relacionados à estruturação dos procedimentos parlamentares. A análise desses instrumentos possibilitará o aprofundamento dos conhecimentos sobre técnicas de elaboração, revisão e consolidação das normas regimentais aplicáveis ao Poder Legislativo Municipal.

Também serão desenvolvidas atividades voltadas à reorganização dos fluxos legislativos e administrativos da Câmara Municipal, contemplando a tramitação das proposições, a atuação das comissões permanentes e temporárias, os procedimentos de fiscalização, os processos político-administrativos e os mecanismos de controle interno previstos no Regimento Interno.

A metodologia contempla ainda a análise das principais decisões do Supremo Tribunal Federal que impactam diretamente o funcionamento das Câmaras Municipais, permitindo a compreensão dos reflexos dessas decisões na organização dos trabalhos legislativos, na garantia dos direitos parlamentares, na composição das comissões e na condução dos processos deliberativos e fiscalizatórios.

Ao longo do curso, os participantes serão conduzidos à construção de uma visão sistêmica do Regimento Interno como instrumento de organização institucional, segurança jurídica e funcionamento legislativo, possibilitando a identificação de oportunidades de modernização normativa e a elaboração de propostas de atualização compatíveis com as exigências constitucionais e com a dinâmica contemporânea do Poder Legislativo Municipal.

Público-alvo

O curso é direcionado a presidentes de câmaras, vereadores, diretores de câmaras, assessores parlamentares, servidores públicos concursados, contadores, procuradores jurídicos, controladores internos, especialistas em recursos humanos, tecnologia da informação, técnicos legislativos, ouvidores, auxiliar administrativo, jornalistas, assessoria de imprensa, gestor de transparência, membros de comissões de licitação, pregoeiros, gestores de planejamento de compras, entre outros cargos vinculados às estruturas organizacionais do Poder Legislativo municipal.

Palestrante

André Luiz de Oliveira



É escritor e autor com atuação técnica na área da Administração Pública e do Poder Legislativo, com livros reconhecidos e difundidos no cenário nacional e internacional. Entre seus principais livros publicados figuram-se:

Livro: Manual de Processo Legislativo da Câmara Municipal da Proposição ao Texto Legal: Instrumentos Técnicos e Procedimentos para Elaboração, Tramitação e Redação das Leis

Livro: Manual do Vereador Atuante: Planejamento Parlamentar para um Mandato Eficiente.

Livro: Administração Pública e Financiamento da Educação.

Livro: Poder Legislativo, Inovações e Conceitos para Ampliar a Eficiência da Câmara Municipal

Livro: Câmara Municipal Ações e Práticas Inovadoras para Vereadores, Servidores e Assessores

É Doutorando em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-PR. É Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-2018, graduado em Gestão Pública CRA-PR 03-01450, graduado em Ciências Políticas, graduado em Sociologia, graduado em Filosofia, pós graduado em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal, pós graduado em Administração Pública e Gerência de Cidades, pós graduado em Docência e Didática do Ensino Superior. Foi Vereador de 2017/2020, é autor de mais de trinta leis publicadas no legislativo municipal.

Currículo completo em:

<https://lattes.cnpq.br/6790541459817477>

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
 gestaopublicabrasil.com.br

 (41) 9 9786-5376
 gestaopublicabrasilcursos@gmail.com

Investimento

R\$ 2.890,00

Local

Hotel Granville

Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro
Curitiba - PR

Incluso neste curso:

- Curso presencial, com carga horária de 20 horas
- Apostila
- Material prático impresso
- Kit aluno
- Coffee break
- Certificado

Obrigatório cadastro e registro biométrico facial para controle de frequência. Emissão de certificado com carga horária cursada conforme registro de presença por biometria facial.

O participante receberá uma consultoria online pós curso gratuitamente, via WhatsApp, e-mail ou telefone, durante 30 dias sobre o tema do curso.

Sobre a Gestão Pública Brasil

Registrada no Conselho Federal e no Conselho Regional de Administração do Estado do Paraná sobre o número 03267/CRA-PR.

Notória Especialidade Técnica publicada no Diário Oficial da União. Seção 3 ISSN 1677-7069 N° 95, em 22/05/2026, PÁG.173 Código Localizador: 05302026052200173.

Certidão disponível em nosso site:

↓ <https://gestaopublicabrasil.com.br/certidoes/>

Dados bancários

Banco Sicoob

Agência: 4340

Conta corrente: 191053-1

Chave pix: CNPJ

40.178.961/0001-05

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

📍 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
🌐 gestaopublicabrasil.com.br

📞 (41) 9 9786-5376
✉ gestaopublicabrasilcursos@gmail.com



GESTÃO PÚBLICA BRASIL

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

Direitos autorais reservados à Gestão Pública Brasil LTDA

Obra protegida pela Lei nº 9.610/1998

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
 gestaopublicabrasil.com.br

 (41) 9 9786-5376
 gestaopublicabrasilcursos@gmail.com